

Ser-tão-cidade: representações do espaço nos discursos sobre a mudança da capital de Goiás

MARILENA JULIMAR FERNANDES*¹
julimarfer@gmail.com

INTRODUÇÃO

As considerações sobre o conceito de sertão são necessárias já que tanto Ludovico, quanto os jornais que circularam em Goiás entre 1928 e 1940, recorre à imagem do sertão para justificar a necessidade da construção e transferência da capital do Estado da cidade de Goiás para Goiânia. Para tal, recorre-se, inicialmente, a Teles (1991), pois esse autor traça um panorama do significado da palavra “sertão”. Já no século XVI, sertão significava incerto, desconhecido, interior, sempre na perspectiva do outro/observador, que se vê no centro, em um lugar privilegiado em relação ao outro, que seria uma espécie de periferia.

Sertão seria, então, o oposto de uma concepção de civilização, já que se pressupõe que o enunciador seria um representante desta, estando situado na cidade, ou em alguma região central, em oposição ao interior. A palavra sertão aparece em inúmeros relatos de viajantes e cronistas e, para eles, normalmente é tratada como um contraponto ao litoral, ou seja, para os cronistas dos séculos XVI a XVIII tudo o que não faz parte do litoral é sertão. Isso se dá pelo fato de que o olhar civilizado está sempre no litoral e as terras mais distantes são desconhecidas, visão que, como ressalta Noronha (2011), irá perdurar até o século XX. Em alguns momentos o sertão é apresentado como bucólico, em outros, como uma realidade do interior brasileiro não civilizado. A categoria sertão adquiriu conotação política, em sentido mais estrito, na primeira metade do século XX, quando determinadas relações políticas passaram a ser compreendidas mais claramente como típicas do sertão – espaço social em vias de universalização – cujo ápice teria uma de suas formulações, segundo Leal (1948), na interpretação de um fenômeno historicamente limitável, reconhecido como sistema coronelista, que se situa entre 1891 e 1930, um período de mudanças pela reconfiguração das forças sociais que discutiam projetos de desenvolvimento do país, questionando sua vocação agrária.

¹ Professora Doutora Marilena Julimar Fernandes – UEG/Pires do Rio

A fala dos viajantes, no decorrer do século XIX, segundo Chaul (1995), reafirmou-se na historiografia goiana, nos textos políticos sobre o Estado de Goiás, ou seja: “De Silva e Souza [...] chegando aos historiadores contemporâneos [...] a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-mineração é unânime”. (p. 16). Essa afirmação reforça a ideia, no imaginário regional, de decadência dos sertões goianos, muitas vezes associado à imagem dos Caiados, e esse pensamento é reafirmado por Pedro Ludovico, em seu livro *Memórias* (1973). Mas como o autor descreve o espaço/sertão para caracterizá-lo de forma que justifique a construção da cidade de Goiânia? Em que sentidos a categoria sertão é utilizada por ele nas discussões sobre a cidade de Goiânia? De que maneira o sertão está/ou é associado à família Caiado?

Do Sertão para a Cidade

Logo que Ludovico inicia sua narrativa é possível perceber o quanto enfatiza a necessidade da construção da nova capital para o Estado de Goiás, para tirá-lo do atraso, como se pode perceber na fala do autor: “os meus esforços serão maiores para arrancar o Estado do marasmo, do atraso a que submeteram até outubro de 1930.” (p. 55). A referência a essa mudança é relevante para Ludovico e, conseqüentemente, para toda sua trajetória política. Ao se apropriar e se utilizar, a seu favor, da ideia da transferência da capital do estado, tema debatido desde o período colonial, percebe-se que o passado, de acordo com Naxara e Bresciani (2004), “que é retomado, de alguma forma não passou, continua ativo e atual e, portanto, muito mais do que reencontrado, ele é retomado, recriado, reatualizado” (p. 491) para justificar os interesses políticos de Ludovico.

No entanto, é importante lembrar, como argumenta Villarta-Neder (2004), que “o discurso não pode ser pensando fora de suas condições de produção” (p. 134), ou seja, naquele momento Ludovico reafirma a necessidade da mudança da capital e pronuncia seu discurso reafirmando esse desejo. Nesse sentido, recorre-se a Fernandes (2005) quando este argumenta que “o lugar histórico-social em que os sujeitos enunciativos de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e intervém a título de condições de produção do discurso.” (p. 27). Sobre a transferência

da capital, Teixeira (1973) lembra que a mudança simbolizava os anseios dos goianos e os motivos que levaram à mudança eram de origem econômica e social. Contudo, é necessário atentar, como considera Fernandes (2005), que “o sujeito não é homogêneo, seu discurso constitui-se de entrecruzamento de diferentes discursos, de discursos em oposição, que se negam e se contradizem.” (p. 36). A respeito da mudança da capital, Ludovico recorre a um artigo publicado no jornal *Lavoura e Comércio*, da cidade de Uberaba, Minas Gerais, em 1936, época em que ocorria, no Estado de Goiás, um debate não só na imprensa, mas, também, no meio político sobre a transferência. Ludovico escreveu aos Deputados que se opunham à mudança da Capital, entre eles os Deputados Alfredo Nasser, Hermógenes Coelho, João Coutinho e Cunha Bastos, ressaltando:

A mudança da Capital é um empreendimento ciclópico, que vem operar no organismo goiano um verdadeiro descongestionamento, e melhor, uma projeção de todo o Estado no caminho do futuro, ele que, por injunções políticas, por conveniências partidárias sempre se ateu a um presente calamitoso. (p. 147).

Percebe-se que existiam divergências políticas e ideológicas em relação à mudança da capital e, nesse sentido, concorda-se com os argumentos de Fernandes (2005) ao ressaltar que “o que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia e a inscrição ideológica dos sujeitos em cena.” (p. 28). Ainda, sobre o debate em relação à mudança da capital, no mesmo artigo, Ludovico expõe que: “nos agrupamentos humanos o observador pode distinguir com facilidade dois grupos distintos de homens: os que olham o presente e os que olham o futuro. No rol dos primeiros estão colocados os deputados dissidentes de Goiás.” (p. 48). Pedro Ludovico procurava demonstrar seu comprometimento com o projeto de construção da nova Capital, insistindo na ideia de que a criação de uma nova cidade-capital possibilitaria o “progresso” e o desenvolvimento do *sertão* goiano, “violando os sertões e plantando cidades”. (p. 198). Nesse sentido, recorre-se a leitura de Pires (2007), quando esta argumenta que é necessário “trazer o sertão e esquecê-lo para poder lembrar o novo que estava chegando.” (p. 112).

Entende-se que a mudança da capital é justificada pelas categorias de interação, progresso, desenvolvimento, colonização, captura do oeste, desenvolvimento

do capitalismo na periferia da nação. Goiás deveria deixar de ser sertão e se integrar à modernidade capitalista. Para Mertran (2006), “a nova Capital do Estado trazia consigo um conteúdo simbólico que apontava para ideais de novos tempos de desenvolvimento e progresso. [...] Sua construção era um ato de quebra de estigma, ou seja, de ressignificação.” (p. 31). O sertão goiano, com seus grandes espaços vazios, desconhecidos e habitados por índios, apresentava-se como fundamental, no sentido de se aproximar das demais regiões do Brasil, e, para isso, era necessário sua ocupação ou civilização, a partir da construção da nova capital do Estado, como fica evidente em um dos subtítulos do livro *Memórias* (1973): “Cidade moderna e sua ação civilizadora e econômica”. (p. 79). Essa ideia de isolamento do sertão como espaço vazio é, para Magalhães (2010), uma “visão bastante limitada, na qual o sertão era concebido como mera antítese do desenvolvimento.” (p. 81). E mais, “a questão do isolamento, que aparece associada ao sertão se prende mais ao estigma que o interior do país carregava face à maior importância aos processos observados no litoral.” (p. 83).

O sertão, que era enunciado por uma lógica dicotômica da barbárie e civilização permitiria, e demandaria não apenas expedições civilizadoras, higienizadora, urbanizadora, literárias, historiográficas, mas também viagens na direção oposta. Viagem que, para Noronha (2011), “passa pela função semântica politicamente eficaz do sertão como um legítimo conceito oposto assimétrico que usado em sentido contrário é diferente.” (p. 300). Para Ludovico, ele próprio encontra-se em uma região “dita” sertão e, em diferentes partes do livro, o autor faz referências ao sertão, ou povo sertanejo, como, por exemplo, “a região era inteiramente sertaneja” (p. 124), procurando, assim, delimitar bem o lugar de onde fala, para encontrar elementos seguros que reafirmem a necessidade da mudança da capital, seu objetivo maior. Entende-se que Ludovico utilizava da imagem do sertão, associando-a ao atraso, para justificar a necessidade de mudança da capital e modernização do Estado.

Nesse sentido, a visão de sertão, para o autor, torna-se dualista, pois, ao mesmo tempo em que apresenta uma olhar preconceituoso sobre o mesmo, uma vez que considera que este seja um lugar atrasado, o valoriza pelas riquezas naturais no momento de escolher o local para a construção da nova Cidade, enfatizando que “estas campinas verdes e húmidas que pisamos estas florestas virgens que se patenteiam às

nossas vistas, ricas de seiva produtora, desejando ostentar sua fertilidade, o calor de seus caules seculares [...]”. (p. 102). Ainda relacionando o sertão à natureza, lembra-se o artigo *Goyaz Capital*, publicado no jornal *Voz de Povo*²: “[...] a mudança da capital para um local não povoado, onde haja abundância d’água e outros requisitos que se afigurarem superiores ao local da Velha Capital e nunca inferior”.

Ainda sobre o sertão, Trindade Lima (1999) lembra que, ao mesmo tempo em que este se apresenta ao litoral como o espaço da barbárie, que segurava o Brasil em séculos de atraso em relação à sociedade européia, era também o sertão concebido como um lugar de experiência singular, onde residia a possibilidade de uma autêntica brasilidade. Sobre esse assunto, o artigo *Goiânia, cidade relâmpago*, do professor Luis Gonzaga da Fonseca, publicado na *Revista Oeste*³, afirma que “foi do sentido de verdadeira brasilidade que nasceu Goiânia, a nova capital de Goiás. [...] Goiânia nasceu da técnica. Goiás nasceu da aventura. [...] Goiânia Pompéia, nas suas linhas modernas e ousadas [...]”. (p. 27). Nesse contexto, percebe-se que as alterações político-ideológicas nos discursos, como ressalta Fernandes (2005), “decorrem da mudança de sujeitos em cena, ou da transformação dos sujeitos na linha do tempo, o que implica mudanças no espaço social.” (p.59). Ainda sobre essa mesma ideia, o jornal *Voz do Sul*⁴, no artigo *Visitas a Goiânia*, enfatiza que: “O verde dos campos vem se esbater na pintura dos edifícios [...] a coloração mais carregada da floresta virgem envolve o Palácio. E o róseo da alvorada do progresso que desperta o nosso Estado tingem o Grande Hotel”. A partir desse artigo, percebe-se que cidade e sertão se misturam, ou seja, a beleza natural do sertão se mistura à riqueza da cidade.

Considera-se, então, que este sertão seja indispensável para a expansão da cidade. Isto é, para Magalhães (2010), “adentrar os sertões. Esse tipo de pensamento, que associa o bem estar social ao seu mero crescimento demográfico, durante muito tempo, foi perseguido como quimera redentora dos atrasos.” (p. 157). De acordo com Freitas (2010), “em todo o vasto sertão goiano, as condições de vida são árduas, agravadas pela pobreza [...]” (p.590). Assim, quanto mais a cidade se expandir, mais invade, civiliza o sertão, isto é, para Magalhães (2010), “penetra no alto sertão.” (p

² Ano VII, nº 272 de 12/03 de 1933.

³ Ano II, nº 09 de Outubro de 1942.

⁴ Ano VI, nº 292 de 10 de outubro de 1936.

203). Nesse aspecto, concorda-se com a leitura de Arruda (2000), quando este nos lembra que “construía-se assim uma imagem daquele sertão como deserto, despovoado, coberto de matas [...], porém belo, rico em potencial, esperando somente a operosidade do homem civilizado para desperta-lo do sono que dormia.” (p. 175).

Pensando o sertão como espaço da violência e do atraso, Pedro Ludovico, assim como a imprensa, associava aos Caiados a essas imagens, como se pode perceber na fala de Freitas (2010): “O jornal Estado de Goyaz associava Ramos Caiado [...] a índole arrebatada, violenta, que o faz emprestar a força física, o poder mágico de resolver todas as questões.” (p. 191). Nesse aspecto, recorre-se ao argumento de Ramos (2005) ao ressaltar que “as palavras [...] estão sempre carregadas de um conteúdo ou um sentido ideológico ou vivencial, e o sentido da palavra é determinado pelas suas condições de produção.” (p.48). A relação dos Caiados com a ideia de sertão atrasado é muito recorrente nos jornais, como por exemplo, na Revista Oeste⁵, no artigo *Os municípios goianos no estado Nacional*, de Odorico Costa: “Entre 1930 e 1937, Goiaz evolui e evolui muito. O sertão reagiu vitoriosamente aos cordiais que o governo constantemente lhe ministrava. [...] O sertão goiano se transformou e se transfigurou.” (p.10).

No decorrer da obra de Teixeira (1973), é possível perceber o quanto a presença e referência ao sertão é relevante para seu projeto político maior, que é a construção e mudança da capital, como fica claro quando ressalta que “[...] a escolha feita deve-se ao fato de estar o local em questão no centro da zona mais próspera e habitada do Estado de Goiás [...] é o centro de gravidade de onde vêm os recursos e os elementos de vida do Estado.” (p. 89). Entende-se que o autor demonstra a preocupação em ampliar as fronteiras ao demarcar o que faz parte, ou não, do espaço do sertão e da cidade, no entanto, percebe-se a fragilidade dessa demarcação, uma vez que, cidade e sertão estão interligados. Ao sertão, Ludovico atribui uma dinâmica análoga à da cidade, principalmente em relação à sua estrutura social e econômica, o que aparece como solução para o impasse entre o atraso e o moderno. Nesse aspecto, lembra-nos que “Goiânia constitui um assombro e um milagre, realizado em pleno sertão, no coração da Pátria.” (p. 215). Goiás não seria o fim do mundo, mas o começo, o ponto de partida,

⁵ Ano II. Nº 3 de Abril de 1943.

impulsionador de uma trajetória que possibilitaria que alcançasse o universal, superando o local. E a nova cidade – Goiânia – seria o impulso para esse ponto de partida

É interessante perceber que em momento algum Ludovico se refere, de forma explícita, aos caiados como responsáveis pelo chamado “atraso” de Goiás, justificando-o pela falta de uma cidade moderna. Nesse contexto, concorda-se com o argumento de Orlandi (1995) ao ressaltar que “o silêncio não se reduz a ausência de palavras. As palavras são cheias, ou melhor, são carregadas de silêncio.” (p. 69).

Quanto à questão da cidade moderna, Ludovico identifica alguns pressupostos que seriam necessários para que a cidade caminhasse rumo ao progresso, gerando, conseqüentemente, o avanço do Estado. O artigo *A mentalidade futura de Goiânia – formação de uma elite*, de Xavier Junior, do jornal Voz do Sul⁶, destaca que: “Goiânia, a nova capital edificada para melhor corresponder ao desenvolvimento econômico e intelectual do Estado, deve tornar-se a concentração das capacidades goyanas em todos os sectores da actividade política, intelectual e financeira.” Nesse sentido, recorre-se à leitura de Barros (2007), quando este diz que “a cidade é sem dúvida o mais grandiosamente e impactante artefato produzido pelo homem. [...] que pode ser integralmente apreendido pelo olhar comum.” (p. 22). Para o autor, os homens, ao pensar em construir uma cidade, já começavam interferir “nos seus destinos formais nos primeiros instantes valendo-se das suas próprias imagens.” (p. 23). Em seu estudo, o autor “classifica” as cidades em três categorias⁷, com relação aos seus padrões normais de funcionamento e transformação: “cidades cósmicas, cidades práticas e cidade orgânicas.” (p. 23). Entre as categorias utilizadas pelo autor, entende-se que à Goiânia pode ser atribuída a categoria de “cidade cósmica”, uma vez que seu traçado “carrega explicitamente uma mensagem carregada de intencionalidades” (p.23), ou seja, ela foi construída como um símbolo para a História de Goiás, símbolo de ruptura entre o atrasado/sertão/Caiados e o moderno/Ludovico, um marco para ser observado e admirado.

Outra questão levantada pelo autor diz respeito “às imagens” construídas em torno das cidades, pelo pensamento do século XX: “o circuito de imagens orgânicas e

⁶ 22/03/1936, nº 265, ano VI.

⁷ Para maiores esclarecimento ler: BARROS José D’Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

naturais.” (p. 29). Os modelos biológicos, utilizados para compreender as cidades e o processo de crescimento urbano, segundo o autor, remetem a duas vertentes: comparação da cidade a um organismo vivo e como ambiente ecológico. Referindo a Goiânia, atribui-se a metáfora de um organismo vivo, pois, muitas vezes, essa metáfora é utilizada nos discursos de Ludovico ou em artigos de jornais e revista, tais como a Revista Oeste⁸, no artigo *Goiânia é um milagre da inteligência criadora do homem brasileiro*, de Moisés Costa: “Goiânia foi um remédio político providencial, que veio curar males considerados incuráveis. Pedro Ludovico foi o médico milagroso, que transformou o corpo enfermo de Goiás em um organismo cheio de vitalidade.” (p. 06).

Na medida em que amplas regiões sertanejas eram delimitadas como antimodernas e carentes de integração, as armas da compreensão científica, disponibilizadas pelas ciências sociais, coisificavam a cultura diferente e nisto aparece, também, a incapacidade de admitir a existência do outro, que habita fora dos esquemas pretensamente verdadeiros. As atitudes dos que identificavam, minimamente, como os novos cânones, não importando nem mesmo se partilhavam dos valores do sertão, acabaram por se contaminar por esse aspecto intolerante. Nesse ínterim, sertão se torna, então, segundo Alencar (2000), “categoria essencial do pensamento social brasileiro” (p. 247) e goiano. Nesse sentido, Ludovico busca construir a imagem do bom sertão, que seria o lugar onde se encontraria condições naturais para o crescimento da cidade e, conseqüentemente, a modernização do Estado a partir da cidade Moderna.

Para Ludovico, a construção de Goiânia era marcante e dava ao Estado de Goiás expressões simbólicas da *modernidade*⁹, uma vez que, segundo o autor, “os meus esforços serão maiores para arrancar o Estado do marasmo, do atraso a que o submeteram até 1930.” (p. 55). Sobre o significado da modernidade, Berman (1986) diz que “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que prometa aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo o que sabemos, tudo o que somos”. (p. 15). Por outro lado, pode-se fazer uma análise contrária. Goiânia consolidou-se sobre a

⁸ Ano II, nº 6, Julho de 1943.

⁹ C. f. BERMAN. (1986: p. 15). “Existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por todos os homens e mulheres em todo o mundo hoje. Designarei esse conjunto de experiência como modernidade”.

vitória da ideologia de Ludovico e seus representantes, reforçando seu poder. Segundo o autor “o modernismo que emerge do atraso e subdesenvolvimento que é forçado a se construir de fantasias e sonhos de modernidade”. (p. 200). Entende-se, então, Goiânia como uma expressão de modernização imposta por Ludovico, como uma cidade moderna no meio de um Estado atrasado e, principalmente, como uma contradição entre a situação real do Estado e o ideal de modernização de Ludovico.

Referendando a mudança da capital, como símbolo do progresso ou sob o prisma do mesmo, Chaul (1997) argumenta que Ludovico atacou, de todas as formas, a antiga capital e sob o mesmo refrão procurou justificar a nova Capital. Nesse sentido, o autor afirma que “Goiânia seria o símbolo do Brasil grande, do novo, do progresso, que levaria o Estado de Goiás a sair do marasmo político e econômico [...]”. (p. 164).

A ideia de modernidade como sinônimo de progresso era o manto que cobria a mudança da capital. Com isso, Pedro Ludovico não só estaria concretizando seu ideal de se sustentar no poder como, também, passaria a contar, cada vez mais, com o apoio dos grupos políticos do Sul e do Sudoeste do Estado, representando seus interesses. Nesse sentido, a ideia de atraso era um argumento recuperado no momento, para reforçar a necessidade do “novo”, nesse contexto, a representação da oposição, isto é, a modernidade expressa na construção de Goiânia. Quanto à nova capital, Chaul (1988) argumenta que: “Goiânia mesclava o urbano e o rural, e expressava a modernidade e o progresso [...] esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto político [...] a criação de um novo centro de poder”. (p. 227). A construção da nova capital resultou da ação política de Pedro Ludovico Teixeira. Porém, o Interventor Federal estava no centro das decisões da transferência da administração estadual para Goiânia, devido ao projeto político expansionista e centralizador do Governo Vargas e ao novo padrão de acumulação, que estava sendo implantado no país, baseado no desenvolvimento econômico interno.

A interiorização da fronteira era fundamental para a concretização e centralização do poder político criar um mercado interno e aumentar a produção de alimentos para atender a demanda das populações urbanas. Dentro desse projeto de modernização, a nova capital foi um referencial urbano em pleno sertão. Porém,

considera-se que Goiânia representava o começo de uma nova era para Goiás, mais pelos rumos que apontava que pelas realizações e mudanças imediatas promovidas na sociedade regional. A moderna capital do Estado, com seu arrojado traçado urbano, continuaria encravada, em meio a um mundo agrário tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que, com a construção de Goiânia, a ideia de progresso, em consonância com os interesses dos grupos políticos em ascensão, criou a imagem de um Estado novo, de um Goiás que emergia dotado de condições para solucionar todos os problemas que viessem a surgir. E o passado, relacionado aos Caiados, seria esquecido com a promessa de um novo tempo. Essa imagem persiste na memória dos contemporâneos, foi incorporada e permanece em quase todas as obras que tratam a “Revolução de Trinta” em Goiás. Nesse aspecto, concorda-se com a leitura de Ramos (2009) quando o autor argumenta que “há uma política de silenciamento, constitutiva de um sentido que nos indica que para dizer é preciso o não-dizer.” (p. 57). Percebe-se, então, que Ludovico reconstrói os espaços, materializa seu tempo, e, nesse processo de rememoração, acaba por reaprendê-los para reconstruí-los. Busca civilizar o sertão com transformações típicas da cidade. Planeja muitas modificações no espaço sertanejo, quase todas de modo a aproximá-lo ao perfil da cidade e, principalmente, para que este possibilite a expansão urbana. Com isso, deseja modernizar o sertão, inserindo elementos que não o constituem e que passam a tirar suas características originais, até mesmo destruindo-o, ou dominando-o.

A convicção de que o sertão é um lugar do atraso (em relação à cidade) é muito presente no pensamento do autor. E é, a partir desse pensamento, que Ludovico cria estratégias para colocar em prática seu objetivo político, que é a construção e mudança da Capital, associadas ao discurso de modernização do Estado e, conseqüentemente, fazer o sertão produzir para sustentar a cidade. Nesse sentido, que transparece de modo nítido, a ambivalência entre as condições dos espaços sertanejos e urbanos, sendo que o primeiro, a serviço do progresso, foi eleito como centro de poder e produção, se descaracterizando para dar lugar ao segundo. Para Ludovico, o sertão é o

lugar do atraso, mas, por outro lado, oferece condições naturais para o crescimento urbano e a modernização do Estado. A cidade aparece como o outro do sertão, mas é este que possibilita o crescimento daquela. Dessa forma, a cidade aparece na obra com conotação de progresso, modernidade e ordem. E o elemento capaz de estabelecer ligação entre a cidade e o campo são as estradas, ou seja, estas são “a ponte” para facilitar o trânsito entre esses dois espaços, como deixa claro o próprio autor: “a Capital ligada por estradas regulares às diferentes zonas, não só as impulsionar economicamente como receberá delas inúmeros e ponderáveis elementos de vida”. (p. 83).

Pensar Goiânia não nos exime de considerar sua associação às representações do sertão, como espaço do político. Elas existem, são claras, fazem parte de um repertório simbólico extremamente requisitado para nos explicar e nos fazer compreender nossas relações de poder, num vocabulário cheio de *ismos*: mandonismo, paternalismo, clientelismo, localismo, personalismo, coronelismo, etc. Por meio deles, de acordo com Noronha (2011), reconhecemos aspectos de nossa formação política, devedora da dependência social e econômica dos mais pobres, feitos eleitores passivos, trazidos no cabresto, em apadrinhamentos e favores pessoais, não apenas pelo monopólio da terra, como também pelo controle privado das forças públicas, como a polícia e a justiça.

As dicotomias apresentadas colocam de um lado o mito – Ludovico – da nova era de uma sociedade esclarecida e racional e, do outro, um passado arcaico – Caiados – e dominado pelos irracionalismos das paixões, delimitando, assim, de acordo com Magalhães (2010), “o teatro das lutas na epopéia” da construção de Goiânia. Por outro lado, a disposição enunciada de dialogar, explicar e serenizar, em vez de acirrar as controvérsias, comporta-se, segundo o autor, como “senha aberta para o diálogo com os opostos.” (p. 38). Assim, quem estivesse contra a modernização deveria ser um portador de uma daquelas vozes apaixonadas e irracionais. Esse debate entre o moderno/Goiânia/Ludovico e o atrasado/sertão/Caiado continua nas disputas políticas permeadas de ressentimentos, silêncios, esquecimentos e humilhações entre Ludovico e os Caiados.

REFERÊNCIAS

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ALENCAR, Maria Amélia Garcia de. “A (Re)descoberta do sertão.” In: *Revista da Universidade Católica de Goiás*. v. 1, n. 1, Goiânia:UCG, 1973.

ARINOS, Afonso. *Pelo Sertão*. Rio de Janeiro: Ediouro. s/d .

ARRUDA, Gilmar. “A invenção da paisagem.” In: *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru - São Paulo: EDUSC, 20002.

BARROS, José D’Assunção. *Cidade e história*. Petrópolis - Rio de Janeiro, 2007.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CHAUL, Nasr Fayad. *A Construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: CECRAF/UFG, 1988. Coleção Documentos. Goiânia n 17.

FREITAS, Lena Castelo Branco de. *Poder e Paixão: a saga dos Caiado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009. v 1 e 2.

MAGALHÃES, Luiz Ricardo. *Sertão Planaltino: Cultura, religiosidade e política no cadinho da modernidade (1950-1964)*. Goiânia: UFG/Programa de Pós-Graduação em História, 2010. Tese de doutoramento.

MELLO, Márcia Mertran de. *GOIÂNIA: Cidade de pedras e de palavras*. Goiânia: Ed. UFG, 2006.

NORONHA, Gilberto Cezar de. *Viagem aos Sertões Enunciados: Comphigurações do Oeste de Minas Gerais*. Uberlândia: UFU, 2011. Tese de Doutorado.

TELES, Gilberto Mendonça. “O lu(g)ar do sertão na poesia brasileira.” In: *Comunicação apresentada no Colloque International Sertão: Realité, Mythe, Ficción*. Université Rennes 2, Rennes, 1991 (digitado).